



REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A
Companhia aberta - em recuperação judicial

CNPJ/MF n° 33.412.081/0001-96
NIRE 33.300128514

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA
EM
31 DE AGOSTO DE 2023

A Administração da **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Companhia" ou "Refit") encaminha a presente Proposta da Administração ("Proposta" ou "Proposta da Administração") relacionada à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada presencialmente, em 31 de agosto de 2023 ("Assembleia"), em observância ao disposto da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 59/21.

ÍNDICE

I - MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA:

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes;

(ii) consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado

integralmente à conta de prejuízos acumulados; e

(iii) ratificar: (a) a aprovação da eleição dos membros efetivos independentes do Conselho de Administração, assim como a eleição e reeleição dos membros efetivos do referido órgão, deliberadas e aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de julho de 2023; e (b) a aprovação da fixação do limite da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023, também deliberada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 17 de julho de 2023.

II- ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:

ANEXO I: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

A Companhia deixa de apresentar o Anexo A (Destinação do Lucro Líquido) da Resolução CVM nº 81/22 em razão de ter apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme decisão do Colegiado de 27.09.2011 (Processo CVM RJ2010/14687).

Senhores Acionistas,

A Refinaria de Petróleos de Mangueiras S.A. - Em recuperação judicial - com sede na Avenida Brasil, 3141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob o código RPMG3, sendo controlada pela Xoroque Participações S.A., companhia de capital fechado, vem apresentar a V.Sas. a presente Proposta da Administração ("**Proposta**") a ser submetida à deliberação pelos acionistas reunidos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada presencialmente, em primeira convocação, em 31 de agosto de 2023, às 15:00, respectivamente, na sede social da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Em Assembleia Geral Ordinária

(i) - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, já divulgadas nos *websites* da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET e no *website* de Relações com Investidores (www.refit.com.br/ri), foram elaboradas em conformidade com as normas e padrões contábeis e de acordo com as rotinas e procedimentos internos usuais da Companhia, e, serão publicadas no Diário Comercial do Rio de Janeiro (www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal).

Adicionalmente, para a adequada análise e ponderação dos acionistas sobre as Demonstrações Financeiras e as contas dos administradores, nos termos do inciso III do artigo 10 da Resolução CVM n° 81/22, são disponibilizados os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, alterado pela Resolução CVM n° 59/21.

Observa-se, ainda, que a empresa, Inforcont Auditores Independentes emitiu o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, com as seguintes modificações:

Opinião com ressalva¹

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas

¹ Por favor verificar anexo I para maiores detalhes sobre a opinião com ressalva do Auditor

explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Observado o disposto acima, a administração acredita que as Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentam de forma adequada nesta data a situação financeira e os resultados das operações da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, propõe aos acionistas a sua aprovação na AGO.

(ii) - Consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 935.854.345,62 (novecentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), não há lucros relativos a este exercício social a serem distribuídos aos Acionistas.

A Administração da Companhia informa que, em função do resultado apurado, (i) não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22, conforme autorizado pela decisão do Órgão Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010-14687); e (ii) tendo em vista que não haverá retenção de lucros, a Administração não apresentará a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2023.

(iii.a) - Ratificar a aprovação da eleição dos membros efetivos independentes do Conselho de Administração, assim como a eleição e reeleição dos membros efetivos do referido órgão, deliberadas e aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de julho de 2023.

A Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 17 de

julho de 2023, aprovou **(i)** a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração; **(ii)** a eleição de novos membros, sendo 2 (dois) destes como membros independentes; e **iii)** a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme abaixo referenciados, pelo período de 03 (três) anos:

a) JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO, brasileiro, químico industrial, separado judicialmente, portador da cédula de identidade nº 03211928, expedido pelo CRQ - 3ª Região, inscrito no CPF/ME sob o nº 723.515.007-68, residente e domiciliado na rua Michael Faraday, nº 125, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração;

b) RONALDO DE ALMEIDA NOBRE, brasileiro, engenheiro, divorciado, portador da cédula de identidade nº 129.890, expedida pelo Ministério da Aeronáutica, inscrito no CPF/ME sob o nº 037.382.057-72, residente e domiciliado na Rua Senador Vergueiro, nº 35, apto. 703, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração;

c) SIMONE ZONTAK FLIT, brasileira, administradora, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 37.656.700-4 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 078.644.327-86, residente e domiciliada à Rua Custódio Serrão, 56, apto. 502, Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração;

d) NELSON DE ALMEIDA COSTA, brasileiro, contador, casado, portador da cédula de identidade RG nº 1996829 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.550.907-49, residente e domiciliado na Estrada de Jacarepaguá, nº 7655, sala 219/220, Freguesia-Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração;

e) ÚRSULA LOURENÇO MATIAS DA SILVA, brasileira, administradora, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 20.645.576-8 SSP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 100.600.827-63, residente e domiciliada na Rua Visconde de Silva, nº 41, apto. 506, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo independente do Conselho de Administração; e

f) RAFAEL VIEIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, administrador, solteiro, portador da cédula de identidade, RG nº 0213273120025 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.937.143-07, residente e domiciliado no SHTN Trecho 2, lote 3, bloco nº 358, CEP 70800-230, Asa Norte, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, como membro efetivo independente do Conselho de Administração.

(iii.b) - Ratificar a aprovação da fixação do limite da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023, também deliberada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 17 de julho de 2023.

A Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 17 de julho de 2023, aprovou a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração) para o exercício social de 2023 (janeiro a dezembro) no montante máximo de R\$ 2.308.921,00 (dois milhões, trezentos e oito mil, novecentos e vinte e um reais), já incluídos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação dos Administradores, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A. As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração global dos administradores para 2023, conforme estabelecido pelo artigo 13 da Resolução CVM nº 81/22, encontraram-se dispostas no Anexo II da Proposta da Administração, para a Assembleia Geral Extraordinária, no qual constavam as informações enumeradas no item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 59/21, conforme alterada. A íntegra do referido Anexo II pode ser consultada na página da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em: <<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1114289>> e no site de Relações com Investidores da Companhia em: <<https://refit.com.br/ri/>>

Por fim, a administração esclarece que as propostas acima expostas, constantes do edital de convocação da AGO, serão submetidas aos acionistas da Companhia na AGO, a ser realizada presencialmente, em primeira convocação, no dia 31 de agosto de 2023, às 15:00 horas,



na sede social da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A - em

Recuperação Judicial

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente



ANEXO I

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA**

Data-Base: 31/12/2022

(Conforme item 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22)

Atendendo ao disposto no artigo 10, incisos I, II, IV, V, e parágrafo único, inciso I, da Resolução CVM nº 81/22, de 29/03/2022, o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP do exercício findo em 31/12/2022, foram arquivados no website da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET e no website de relações com investidores (www.refit.com.br/ri), em 28 de julho de 2023, e serão publicados no jornal Diário Comercial do Rio de Janeiro (www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal) em 31 de julho de 2023.

Atendendo ao disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, a Companhia apresenta o presente item 2, do Formulário de Referência:

2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras incluídas neste item 2.1, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em virtude do Decreto nº 43.892, de 15 de outubro de 2012, através do qual o Governador do Estado do Rio de Janeiro declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel da Companhia, localizado na Avenida Brasil, nº 3.141, Rio de Janeiro - RJ, as operações da Companhia foram drasticamente impactadas.

b. Estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital consolidada da Companhia representativa do padrão de financiamento de suas operações:

ESTRUTURA DE CAPITAL			
(em milhares de Reais)	2022	2021	2020
Capital de Terceiros (Passivo circulante + Passivo Não Circulante)	9.536.476	7.752.492	6.429.676
Passivo à descoberto	(4.491.672)	(3.555.720)	(3.193.872)
PASSIVO TOTAL	5.044.804	4.196.772	3.235.804

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 15 de maio de 2015, a Companhia ajuizou na comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, aprovado, posteriormente, em assembleia de credores realizada, em 16 de dezembro de 2016, e homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017, com o objetivo de viabilizar o pagamento de um passivo gerado devido aos danos causados: (a) pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório, o qual a Companhia recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) e obteve, em julgamento final realizado em agosto de 2020, sentença favorável garantindo à Refit a posse do imóvel onde se situa seu parque industrial; e (b) pela política de subsídios ao preço da gasolina praticada pelo Governo Federal.

A Companhia reitera sua confiança no Poder Judiciário e destaca que sua localização estratégica, tanto para a produção, como para a importação de derivados, a levará a superar esse momento delicado, registrando, em especial, que o mercado de combustíveis vem, reiteradamente, demandando maiores volumes de produção e importação de derivados de petróleo.

Apesar do cenário acima descrito a Companhia reitera que mantém adimplente todos os compromissos assumidos junto a credores da Recuperação Judicial e parcelamento de impostos federais, estaduais e municipais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia para o exercício social de 2022 não contraiu nenhum tipo de financiamento e/ou linha de crédito com instituições financeiras. Para o investimento em ativo não circulante, para o exercício social de 2022, a Companhia utilizou-se principalmente do fluxo de caixa como fonte de financiamento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Vide comentário em 2.1 (d).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Conforme já mencionado no item 2.1 (d), a Companhia não se utilizou de financiamento junto às instituições financeiras, conforme evidencia-se no quadro abaixo. Cabe mencionar, ainda, que todos os investimentos realizados em ativo não circulante foram feitos com recursos próprios (fluxo de caixa).

Descrição (em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimo e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	-	-	-
Contrato de Mútuo (R\$)	-	-	-
Circulante (R\$)	-	-	-
Empréstimo e Financiamentos c/ Pessoa Jurídica para Capital de Giro (R\$)	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	-	-	-
Não circulante (R\$)	-	-	-
Total do Endividamento Financeiro (R\$)	-	-	-
Total do Ativo (R\$)	5.044.804	4.196.772	3.235.804
Total do Endividamento Financeiro (%)	0,00%	0,00%	0,00%

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia, para o último exercício social, não tinha nenhum tipo de relação de longo prazo com nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Para o exercício social de 2022 a Companhia não possuía nenhum tipo de empréstimo e financiamento com nenhuma instituição financeira.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia para o exercício social de 2022 não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

g. Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia para o exercício social de 2022 não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os Diretores da Companhia comentam que as informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras consolidadas estão refletidas nos comentários abaixo depois do balanço patrimonial.

Exercício Social de 2022 x Exercício Social de 2021

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que apesar do aumento significativo das vendas ocorridas no exercício de 2022 (vide nota explicativa nº 16) a Administração da Companhia vem buscando manter os valores a receber junto aos seus clientes, sem atraso, visando o fluxo de caixa das operações para manter adimplentes suas obrigações junto a fornecedores, os impostos gerados na operação e os seus parcelamentos vigentes. Ao encerramento do exercício de 2022 os títulos vencidos representavam 19% da carteira de recebíveis, sendo os 19% em até 30 dias. Cabe mencionar que os valores em atraso foram recebidos em sua totalidade em períodos subsequentes (vide nota explicativa nº 5.1).

Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. O incremento observado, em 2022, na Receita Líquida foi totalmente recebido e, conseqüentemente, elevou o caixa atrelado às partes relacionadas, por isso, a elevação de 266% comparado a 2021 (vide nota explicativa nº 8.1).

Variação Adiantamento a Fornecedores:

O aumento desta rubrica em 2022, se comparado, se deve a antecipações feitas em moeda estrangeira aos nossos fornecedores para aquisição (importação) de matérias-primas utilizadas na produção de Gasolina A, Diesel A e Óleo Diesel Marítimo (DMA), e desta forma, amenizar os impactos de compras futuras de dólares no mercado cambial em um cenário de forte variação (vide nota explicativa nº 7).

Variação Imobilizado - Não Circulante:

O crescimento de 28% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados em nosso Parque industrial visando o aumento da produção e modernização da planta (vide nota explicativa nº 10).

PASSIVO

Variação do Fornecedores - Circulante:

O aumento nesta rubrica é explicada pelo crescimento do volume de produção, o qual exige cada vez mais a aquisição de insumos e o pagamento à vista de seus fornecedores (vide nota explicativa nº 11).

Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do

circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica. A Companhia protocolou pedido de Parcelamento Especial em 24 de junho de 2021, para pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas dos débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 101 (cento e um) parcelas a pagar (vide nota explicativa nº 12 - letra "e").

* * *

Exercício Social de 2021 x Exercício Social de 2020

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que apesar do aumento significativo das vendas ocorridas no exercício de 2021 (vide nota explicativa nº 16) a Administração da Companhia vem buscando manter os valores a receber junto aos seus clientes, sem atraso, visando o fluxo de caixa das operações para manter adimplentes suas obrigações junto a fornecedores, os impostos gerados na operação e os seus parcelamentos vigentes. Outro fator que contribuiu para a queda de 2% da rubrica, em 2021, se deriva do cenário econômico vivido pela pandemia da

Covid-19 que trouxe dificuldades para nossos clientes e resultou em dificuldades de cumprimento de suas obrigações, comportamento que não se viu em 2019, mas iniciou-se em 2020 como percebe-se na análise apresentada. Ao encerramento do exercício de 2021 os títulos vencidos representavam 47,7% da carteira de recebíveis, sendo 16,7% até 30 dias, 16,1% de 31 a 60 dias e 14,8% acima de 60 dias. Cabe mencionar que os valores em atraso foram recebidos em sua totalidade em períodos subsequentes (vide nota explicativa nº 5.1).

Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. O incremento observado, em 2021, na Receita Líquida foi totalmente recebido e, conseqüentemente, elevou o caixa atrelado às partes relacionadas, por isso, a elevação de 122% comparado a 2020.

Variação Adiantamento a Fornecedores:

O aumento desta rubrica em 2021, se comparado, se deve a antecipações feitas em moeda estrangeira aos nossos fornecedores para aquisição (importação) de matérias-primas utilizadas na produção de Gasolina A, Diesel A e Óleo Diesel Marítimo (DMA), e desta forma, amenizar os impactos de compras futuras de dólares no mercado cambial em um cenário de forte valorização do dólar frente ao real, visto em 2021, em torno de 7,4%.

Variação Imobilizado - Não Circulante:

O crescimento de 17% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados em nosso Parque industrial visando o aumento da produção e modernização da planta a qual já foi evidenciada em 2021 com incremento de 33,5% de suas receitas brutas (vide nota explicativa nº 16).

PASSIVO

Variação do Fornecedores - Circulante:

A diminuição nesta rubrica é explicada pela maior disponibilidade na rubrica Partes Relacionadas a qual possibilita cada vez mais o pagamento à vista de seus fornecedores.

Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica. A Companhia protocolou pedido de Parcelamento Especial em 24 de junho de 2021, para pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas dos débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 113 (cento e treze) parcelas a pagar (vide nota explicativa nº 12 - letra "e").

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para os exercícios sociais de 2022 e 2021 a principal fonte de receita da Companhia foi a comercialização de Gasolina A decorrente do refino de matérias-primas derivadas do petróleo, que é realizado em sua usina localizada no Rio de Janeiro. Para o ano de 2021, iniciou-se a produção de Diesel Marítimo, o qual é utilizado em sistemas auxiliares de geração de energia ou emergência e em motores de propulsão de embarcações de pequeno e médio porte. Para o ano de 2022, iniciou-se também a produção de Diesel A S-500, utilizado por pequenos e médios transportadores e indústrias de menor porte, para que fosse comercializado em complemento à venda de Diesel A S-10.

Nos últimos anos a receita líquida da Companhia foi de R\$ 1.495.594 mil em 2020, R\$ 2.211.159 mil (+48%) em 2021 e R\$ 4.981.609 mil (+125%) em 2022. A melhora está diretamente relacionada com o maior volume de produção, incluindo a produção de Diesel S-10 iniciada em 2020, do Óleo Diesel Marítimo a partir de 2021 e do Diesel A S-500 a partir de 2022, decorrente da constante e crescente venda de produtos. Outros fatores que contribuíram para a receita foi a alta do preço médio

observada nos últimos anos, e a melhora na eficiência do processo de refino e, também, em razão da promulgação da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a qual diminuiu a carga tributária, na esfera estadual, sobre os combustíveis e energia, com vigência até o fim de 2022.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia comentam, de maneira geral, que os principais fatores que afetaram o resultado operacional nos três últimos exercícios sociais foram:

- Aumento do custo dos produtos vendidos em decorrência do incremento apresentado com as despesas com importação fortemente afetadas com o aumento da *commodities* no mercado internacional, decorrentes, principalmente, após deflagração da guerra Russo-ucraniana;
- Aumento das despesas administrativas, sendo: **i)** multa sobre parcelamento especial de débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - vide nota explicativa nº 12 - letra "e"); e **ii)** aumento do quadro de colaboradores na rubrica Recursos Humanos (vide nota explicativa nº 17);
- A variação na incidência composta do ICMS-Próprio e ICMS-ST sobre as vendas; e
- Em 2022, na rubrica Fretes e Carretos (vide nota explicativa nº 17) e na rubrica Serviços de Armazenagem (vide nota explicativa nº 17.1) em virtude da utilização do oleoduto localizado na Baía de Guanabara que se

conecta aos tanques de armazenagem da Refinaria e facilita o recebimento de matérias-primas oriundas de importações, as quais eram armazenadas em tanques de terceiros contratados.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia não teve variações significativas de receita que pudessem ser atribuídas a quaisquer dos eventos relacionados acima. Cabe ressaltar que apesar de ter autonomia em sua definição de preços, acompanha de perto a política de preços controlados e sua definição no mercado interno, haja vista que por ter pequena participação de mercado, não pode ter uma definição acima dos preços, em linha oposta aos praticados a nível nacional. Essa política, por sua vez, já contempla variações na taxa de câmbio e a volatilidade do preço do petróleo e seus derivados.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores da Companhia comentam que devido à aquisição de insumos proveniente do mercado internacional, os aumentos na taxa de câmbio tiveram impacto direto no custo dos produtos e serviços

vendidos, o que afetou de maneira considerável seu resultado para o exercício de 2022, sendo que o crescimento versus 2021 foi de 147%. Para o exercício de 2021, se comparado com 2020, o crescimento desta rubrica foi de 41,5% e da receita foi 33%.

Demonstração de Resultado Consolidado

Refinaria de Petróleos de Manginhos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Análise Horizontal		Análise Horizontal	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	2022 x 2021		2021 x 2020	
Receita bruta de vendas	6.772.042	4.615.774	3.458.841	2.156.268	47%	1.156.933	33%
Deduções da receita bruta							
Impostos incidentes sobre vendas	(1.790.433)	(2.404.330)	(1.961.460)	613.897	-26%	(442.870)	23%
Devoluções e abatimentos	-	(285)	(1.787)	285	-100%	1.502	-84%
Receita operacional líquida	4.981.609	2.211.159	1.495.594	2.770.450	125%	715.565	48%
Custos dos produtos e serviços vendidos	(5.613.308)	(2.272.538)	(1.605.972)	(3.340.770)	147,01%	(666.566)	41,5%
						-	0
Resultado bruto	(631.699)	(61.379)	(110.378)	(570.320)	929%	48.999	-44%
Receitas/(despesas) operacionais:							
Gerais e administrativas	(338.543)	(319.481)	(273.463)	(19.062)	6%	(46.018)	17%
Remuneração da administração	(1.775)	(1.620)	(1.620)	(155)	10%	-	0%
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	6.415	93.524	(357)	(87.109)	-93%	93.881	-26297%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	(333.903)	(227.577)	(275.440)	(106.326)	47%	47.863	-17%
Resultado financeiro, líquido							
Receitas financeiras	104.201	64	11.227	104.137	162714%	(11.163)	-99%
Despesas financeiras	(74.551)	(72.956)	(38.395)	(1.595)	2%	(34.561)	90%
	29.650	(72.892)	(27.168)	102.542	-141%	(45.724)	168%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(935.952)	(361.848)	(412.986)	(574.104)	159%	51.138	-12%
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	-	-	-	-	0%	-	0%
Diferido	-	-	-	-	0%	-	0%
Resultado líquido antes da participação de não controladores	(935.952)	(361.848)	(412.986)	(574.104)	159%	51.138	-12%
Participação de não controladores	98	92	75	6	7%	17	23%
Prejuízo do exercício	(935.854)	(361.756)	(412.911)	(574.098)	159%	51.155	-12%

* * *

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*“International Financial Reporting Standards - IFRS”*), emitidas pelo *“International Accounting Standards Board - IASB”*, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação *“OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral”* na preparação de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sendo evidenciadas e correspondendo às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia esclarece que a principal ressalva apontada pelo auditor é especificamente ligada à postergação do recolhimento das obrigações fiscais atrasadas e correntes, pela falta de liquidez da Companhia, observada desde a desapropriação das instalações

industriais pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro, e que também contribuiu diretamente para o pedido de recuperação judicial. Abaixo, transcreve-se o parágrafo do Relatório de Revisão Especial sobre as demonstrações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2022.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em

Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2022 os montantes de R\$ 8.286.211mil e R\$8.286.582mil respectivamente, referente as obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado.

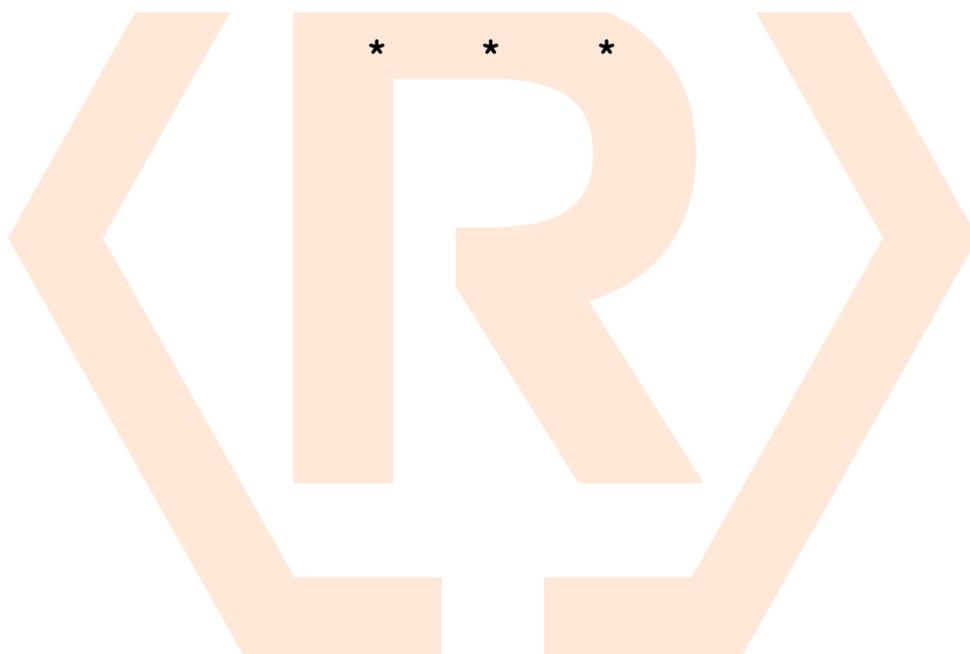
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do

auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou déficit de R\$ 935.854mil. Naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$4.242.752mil e R\$4.246.159mil na controladora e consolidado, respectivamente, o passivo a descoberto em R\$4.490.008mil e o endividamento total em R\$13.471.531mil. A Administração da Companhia vem implantando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades. A continuidade das atividades da Companhia e suas controladas dependerá do

sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar em exercendo suas atividades.



2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nenhuma alteração na participação societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve nenhum evento ou operação não usual da Companhia.

* * *

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições contábeis

Não se aplica à Companhia.

b. Fazer as conciliações entre valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não se aplica à Companhia.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica à Companhia.

* * *

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras do exercício findo de 2022.

* * *



2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros.

De acordo com o Artigo 25 do Estatuto Social: *"Do resultado de cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda."*

O Artigo 26 do Estatuto Social menciona: *"Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá, após as deduções de que trata o artigo 25 acima, atribuir aos seus administradores e/ou empregados participação nos lucros da Companhia, observadas as limitações legais aplicáveis."*

Já o Artigo 27 do referido Estatuto, também, diz que: *"O resultado do exercício que remanescer após procedidas as deduções referidas nos artigos precedentes constituirá o lucro líquido do exercício e terá a seguinte destinação: 1) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até que esta alcance 20% (vinte por cento) do capital social; 4) até a totalidade do saldo após as deduções precedentes para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, tendo por finalidade (i) reforço de capital de giro, com o objetivo de assegurar condições operacionais adequadas; (ii) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo não circulante; e (iii) lastrear operações de resgate,*

reembolso ou aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, nas hipóteses e condições previstas em lei."

O § 1º do Artigo 27 também versa que: "A Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido. " E o parágrafo § 2º do referido Artigo menciona: "O saldo das reservas de lucros, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, não pode exceder o montante do capital social."

Vale destacar que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou um prejuízo líquido consolidado de R\$ 935.854.345,62 (Novecentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), portanto, não há retenção de lucros relativos a este exercício social.

b. Regras sobre distribuição de dividendos.

O Artigo 27 do Capítulo IV do Estatuto Social diz que: "O resultado do exercício que remanescer após procedidas as deduções referidas nos artigos precedentes constituirá o lucro líquido do exercício e terá a seguinte destinação: 3) reserva estatutária de dividendo diferido, com regras de funcionamento similares às da reserva de lucros a realizar (Art. 197, da Lei 6.404/76), para a qual será destinada a parcela do lucro líquido do exercício ainda não realizado por caixa e que a Assembleia Geral, se for o caso, decida

distribuir como dividendo adicional aos acionistas, além do dividendo obrigatório, cujo pagamento ficará subordinado à sua realização.”

De acordo com o parágrafo § 3º do Artigo 27: “ A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, para fins de distribuição por conta do lucro anual, satisfeitos os requisitos legais, de dividendos intercalares e das participações de que trata o artigo 26. Ainda por decisão do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Dividendos intermediários e intercalares distribuídos nos termos deste artigo serão creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.”

Ademais o parágrafo § 4º do Artigo 27, também, cita: “Mediante deliberação do Conselho de Administração e observadas as limitações legais, a Companhia poderá pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório, podendo tal pagamento, inclusive, ocorrer adicionalmente ou em lugar dos dividendos intermediários ou intercalares.”

Vale destacar, novamente, que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou um prejuízo líquido consolidado de R\$ 935.854.345,62 (novecentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro

mil reais, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), portanto, não há distribuição de dividendos relativos a este exercício social aos acionistas da Companhia.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos.

A Companhia não tem distribuído dividendos nos últimos exercícios sociais mediante a situação econômico-financeira que se instaurou, principalmente, após o Decreto Expropriatório imposto à Refinaria pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em outubro de 2012.

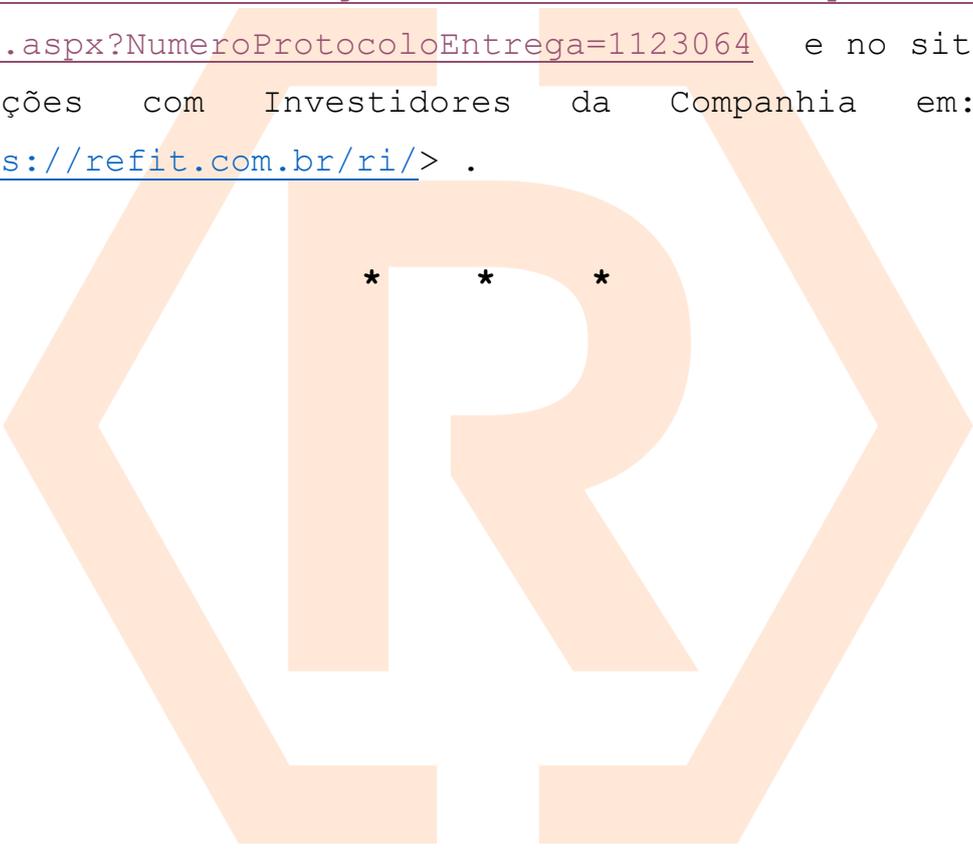
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrição especial aplicável ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais que a restrinjam de distribuir dividendos, no entanto, a Companhia encontra-se em Recuperação Judicial o que torna inviável a distribuição de proventos dado a situação econômico-financeira que ela se encontra.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Refit se utiliza do Estatuto Social conforme o Capítulo IV – Artigos 24 a 27 o qual trata de “Exercício Social e Lucros”. O atual Estatuto Social foi reformado e consolidado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 17 de julho de 2023. A íntegra do atual Estatuto Social pode ser consultada na página da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em: < <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1123064> e no site de Relações com Investidores da Companhia em: < <https://refit.com.br/ri/> > .

* * *



2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido e nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas no último exercício social.

* * *

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os Diretores esclarecem que a Companhia não teve itens não evidenciados que possam ser atribuídos a quaisquer dos eventos relacionados acima no último exercício social.

* * *

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia esclarece que não possui um plano de negócios com um *guidance* determinado. Paralelamente, está investindo em melhorias e adequações em sua usina para fazer frente aos novos desafios do mercado de combustíveis.

Em 2022 a Companhia fez investimentos em melhorias e adequações em pontos específicos de sua planta de produção com vistas na revitalização de seus ativos e torna-los mais eficientes. No decorrer do ano, ocorreram: **i)** o início das obras do novo trecho terrestre do Duto na região portuária do Rio de Janeiro com, aproximadamente, 3.200 metros de duto. Essa implantação fornecerá mais uma opção de descarga do navio, além de prover uma maior segurança na operação de transferência e maior agilidade na manobra de descarga. A previsão de término para essa operação é no decorrer do ano de 2023; **ii)** testes para tornar operacional a segunda caldeira de Vapor com capacidade de 10 ton/h e pressão de 10 kgf/cm² com o objetivo de aumentar a confiabilidade e continuidade operacional; **iii)** a fase de comissionamento da Unidade de Recuperação

de Vapor com o objetivo de diminuir as emissões atmosféricas; **iv)** a finalização da obra de 3 novos tanques F-201 B e F-301 B/C com previsão de liberação operacional para 2023; e **v)** a atualização tecnológica no controle de qualidade dos produtos da Refinaria por meio da aquisição de equipamentos do seu laboratório. Em 2022 a Companhia informa que se manteve atenta às demais necessidades de seu parque industrial acerca de manutenções com o objetivo de manter a sua capacidade produtiva e escoamento dos seus produtos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não tem desinvestimentos em andamento.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia não fez nenhuma divulgação nesse sentido.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Em 2021, a Companhia concluiu os testes e iniciou a venda de Óleo Diesel Marítimo ("DMA") o qual é utilizado em sistemas auxiliares de geração de energia ou emergência e em motores de propulsão de embarcações de pequeno e médio porte. A partir de julho de 2021, passou a comercializar uma nova linha de combustíveis aditivados de série, denominada FIT UFC, com maior octanagem, já contemplando RON mínimo 93. A Gasolina e o Diesel são produzidos pela Refit e recebem os aditivos diretamente na origem, antes de seguirem para a distribuição.

Em 2022, a partir do 4T22, foram concluídos os testes e dado início à venda do Óleo Diesel A S-500 o qual será utilizado por pequenos e médios transportadores e indústrias de menor porte.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionados a questões ASG.

A Refit mantém-se atenta às práticas de ASG, principalmente, no que compete à adequação do seu Parque Industrial frente às pautas de preservação do meio ambiente e em respeito às comunidades locais.

Para isso, investe: **i)** no aprimoramento do uso racional dos recursos naturais e busca, concomitantemente, atribuir a esses maior eficiência energética; **ii)** na redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (“GEE”) e monitoramento da qualidade do ar; **iii)** no tratamento adequado dos resíduos sólidos e campanhas de conscientização para redução de desperdícios; **iv)** na elaboração do Plano de Mitigação de Emissões de GEE para os próximos 4 (quatro) anos; e **v)** envio, em tempo real, à Central de Dados do INEA (órgão ambiental do Rio de Janeiro) do monitoramento das emissões atmosféricas provenientes de suas fontes estacionárias.

* * *

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Os Diretores comentam que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos tópicos acima.

